

“VOTE TIRIRICA, PIOR QUE TÁ NÃO FICA”: A CONSTRUÇÃO  
DE EFEITOS DE SENTIDO EM CHARGES

---

NEILA BARBOSA DE OLIVEIRA BORNEMANN\*  
MARIA INÊS PAGLIARINI COX\*\*

---

RESUMO

Este estudo investiga o funcionamento e a construção dos efeitos de sentidos no discurso de chargistas, ao tematizarem acontecimentos sazonais em destaque no país e, portanto, na mídia, como é o caso da eleição do humorista Tiririca, supostamente um analfabeto, ao cargo de Deputado Federal. Para tanto, foram mobilizados os conceitos de *condições de produção* e *interdiscurso* na perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa. Para a constituição do *corpus*, foram selecionados três textos pertencentes ao gênero charge. A análise dos textos, com base em tais conceitos, evidenciou como o processo de produção de sentidos se constitui a partir de conhecimentos pré-construídos.

PALAVRAS-CHAVE: Interdiscurso, condições de produção, charge, analfabetismo, Tiririca.

---

INTRODUÇÃO

O grande número de textos, em circulação na mídia brasileira, no final de 2010 e início de 2011, noticiando ou comentando, séria ou jocosamente, a eleição de Tiririca ao cargo de Deputado Federal por São Paulo foi o que nos motivou a escrever este artigo. Muito nos instigou um quadro do programa humorístico *Custe o que Custar-CQC*, exibido na TV Bandeirantes. O quadro, intitulado *Grupo escolar, Custe o que Custar*, mostrou Marcelo Tas, um dos apresentadores do programa, simulando um professor em um ambiente de sala de aula, numa discussão sobre a composição dos três poderes. Ele inicia a suposta aula, explicando aos alunos as funções de um deputado, mas é interrompido

---

\* Mestranda do Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem-MeEL/UFMT.  
E-mail: neilabarbosa@ufmt.br

\*\* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Professora do Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem-MeEL/UFMT.  
E-mail: minescox@hotmail.com

por perguntas incômodas como: “Professor, por que um deputado ganha tanto dinheiro na Câmara Federal?”. O apresentador tenta justificar o motivo dizendo que eles são importantes porque representam o povo. Porém, os alunos, não satisfeitos, dirigem-lhe mais uma “chuva” de perguntas impertinentes, gerando o seguinte diálogo:

- Por que eles representam a gente, professor?
  - Porque... nós votamos neles.
  - Mas por que vocês escolheram justo eles?
  - Porque são pessoas que têm mais experiências... eles estudaram. Eles estão lá para, para, para preparar os projetos para o Brasil.
  - Ah, professor, mas e o Tiririca?
  - O que que tem o Tiririca?
  - Eu vi na televisão um monte de gente falando que ele não estudou, não sabe nada, mas tá lá ganhando montes e montes de dinheiro.
  - Ah, tá, já sei... mas o Tiririca é diferente. O Tiririca é um voto de protesto, entendeu? Protesto.
  - Protesto? Por quê?
  - Porque às vezes a gente não está satisfeito com os deputados.
  - Ué, professor, mas o senhor não disse que é o povo que escolhe os deputados?
  - Falei.
  - Por que o povo tá descontente, então?
  - Olha, gente, eu tiro essas dúvidas no final da aula, senão não vai dar tempo para eu ensinar tudo pra vocês, tá certo?
  - Mas por que no final da aula?
  - Porque vai chegar a hora da prova e vocês não vão saber nada do que eu tô ensinando, vocês entenderam?
  - Por quê?
  - Porque eu acho que todo mundo quer ir bem na prova, tá certo?
  - Por quê?
  - Porque estudar é importante.
  - Estudar pra quê, professor?
  - Pra quêêê?
  - Você não estudou?
  - Estudei muito, estudei muito.
  - E quem ganha mais, professor, o senhor ou o Tiririca?
- (CQC, 14/3/11- <http://www.youtube.com/watch?v=P342Celjrfo>)

Apanhado em contradição, o apresentador se mostra surpreso e indignado com a ironia do que estava sendo obrigado a admitir: ele, que estudou, é muito menos recompensado financeiramente do que o Tiririca, que não estudou e vai receber um polpudo salário ao exercer o cargo de Deputado Federal.

Diante da presença vultosa de comentários dessa natureza na mídia, decidimos investigar o funcionamento e a construção dos efeitos de sentidos no discurso de chargistas, ao tematizarem o suposto analfabetismo do humorista Tiririca, agora Deputado Federal por São Paulo. Nossa leitura será balizada pela análise de discurso francesa, sobremaneira, pelos conceitos de *condições de produção* e *interdiscurso*, vistos como adequados para o escrutínio do texto chárgico, uma vez que ele sempre faz alusão tanto à contemporaneidade histórica noticiada pela mídia quanto à memória discursiva.

O conceito de *condições de produção* nos parece fundamental na leitura de charges, uma vez que elas sempre dialogam com acontecimentos em pauta na mídia. Na análise de discurso francesa, usamos, conforme Pêcheux (1969), o termo *condições de produção* em vez de *contexto*, *situação* ou *circunstância* da enunciação. Não se trata, meramente, de substituir um termo pelo outro, mas sim de “retirar o funcionamento do discurso da cena pragmática para inseri-lo nas instâncias enunciativas institucionais, marcadas por características amplamente históricas” (POSSENTI, 2005, p. 367). Pêcheux (1969) repensa as situações objetivas do locutor-interlocutor em termos de “representações imaginárias dos lugares que um atribui ao outro” (PÊCHEUX, 1969, apud CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 114).

Contrariando o desprestígio das *condições de produção* no universo conceitual da terceira fase da análise de discurso, Possenti (2007, p. 70) afirma incisivamente que “há certos acontecimentos discursivos em relação aos quais é quase impossível não considerar as condições históricas de produção, embora, evidentemente, elas não possam, em geral, ser reduzidas a um ‘contexto’”. O autor esclarece que há casos em que a dobra do discursivo sobre o factual é tão patente que o analista não pode recorrer apenas aos conceitos de *interdiscurso* ou *memória* na interpretação dos sentidos. Por exemplo, qualquer um “terá muita dificuldade em explicar certos textos humorísticos sem considerar um fundo histórico – o que é bem nítido nas charges e piadas

ligadas ao noticiário cotidiano” (POSSENTI, 2007, p. 70). Não é outro o caso das charges que tem por argumento a personagem anti-heroica de nosso tempo: “Tiririca”.

Quanto ao conceito de *interdiscurso*, Malidier (2003, p. 51) localiza seu embrião já na Análise Automática do Discurso (AAD 69), ou seja, nos primeiros escritos de Michel Pêcheux, “na hipótese da relação do discurso ao ‘já dito’, ‘já ouvido’”, assim como na reflexão de Paul Henry sobre o pré-construído. Contudo, é em Pêcheux (1975, p. 146), primeiro sob a designação de “todo complexo com dominante das formações discursivas intrincado no complexo das formações ideológicas” e, depois, sob a designação mesma de “interdiscurso” que o conceito se patenteia.

A problemática da dupla heterogeneidade – heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade marcada – proposta por Authier-Revuz ([1982]1990), nas décadas de 1970 e 1980, estimula Pêcheux a retomar em termos mais operacionais o jogo entre interdiscurso (relação entre discursos) e intradiscurso (relação entre constituintes de um mesmo discurso). No estudo da sequência, o grupo focaliza as modalidades de aparecimento do “discurso outro” no intradiscurso: as formas marcadas (discurso relatado, retomadas, reformulações e menções por meio de procedimentos intertextuais identificáveis) e as formas não marcadas, evocando um além discursivo não identificado, equivalente ao interdiscurso.

Bastante diligente com a materialidade linguística, Maingueneau leva adiante o projeto de Pêcheux de explorar a convergência entre o conceito de heterogeneidade e aquele de interdiscurso. Ele retoma a distinção proposta por Authier-Revuz (1990) entre heterogeneidade “mostrada”, que evidencia linguisticamente a presença do “Outro” no discurso, e a heterogeneidade “constitutiva”, que não deixa marcas linguísticas visíveis da presença do “Outro”. Após essa retomada, Maingueneau afirma que a hipótese da precedência do interdiscurso sobre o discurso, “inscreve-se na perspectiva da heterogeneidade constitutiva que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro” (MAINGUENEAU, 2005, p. 33). Metodologicamente, esclarece o autor, “isso significa dizer que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos

convenientemente escolhidos” (p. 21). Para abeirar esse espaço palpável de troca de vários discursos, ele busca precisar o conceito de interdiscurso por meio dos conceitos de “universo discursivo”, “campo discursivo” e “espaço discursivo”, assim distinguídos:

“universo discursivo” (é) o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada. (2005, p. 35)

“campo discursivo” é [...] um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo. (2005, p. 35-36)

“espaço discursivo” delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados. (1989, p. 117)

O universo discursivo é apenas uma postulação de caráter teórico-metodológico a partir da qual se circunscrevem os conceitos de campo e espaço, esses sim pontos de ancoragem para o analista de discurso. Conforme Maingueneau (2005, p. 36 e 37), é no interior de um campo que um discurso se engendra, deixando rastros ou não de sua relação com formações discursivas aí existentes ou mesmo com formações discursivas de outros campos. Considerada a complexidade das múltiplas redes de trocas que os discursos podem entreter nos limites de um campo ou de vários, o analista é levado a recortar um espaço em que vislumbre a interação entre duas ou mais formações discursivas e possa conjecturar hipóteses sobre ela.

Contudo, essas hipóteses podem, com o progresso da análise, ser refutadas, confirmadas ou reformuladas. Nem sempre o analista de discurso conta com pistas explícitas, sob a forma da heterogeneidade mostrada, para localizar o “Outro no Mesmo” e Tateá-lo com clareza na definição/recorte do espaço discursivo. Às vezes, precisa sondar o “Outro” no escuro, já que ele parece se dissolver no “Mesmo” sem deixar pegadas. Mas, se estiver atento, encontra as fissuras, as inconsistências, já que nenhum discurso é uma identidade monolítica. E, então, pode divisar o “Outro” que interage com o “Mesmo” num dado espaço discursivo. Em resumo, a tese do primado do interdiscurso afirma que não existe o “Mesmo” sem o “Outro”, seja ele visível ou invisível,

irrompa ele de forma bruta ou controlada no fio do discurso. Afirma, igualmente, que os enunciados têm um “direito” que os relaciona com sua própria formação discursiva e um “avesso” que se volta para a rejeição do discurso de seu “Outro” (MAINGUENEAU, 2005, p. 40).

O conceito de interdiscurso costuma também ser referido como “memória discursiva”, designando “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2000, p. 31). A autora retoma a distinção proposta por Courtine (1984) entre o eixo vertical – eixo da constituição – e o eixo horizontal – eixo da formulação – e a correlaciona ao interdiscurso e ao intradiscurso respectivamente. Segundo Orlandi, “todo dizer, na realidade, se encontra na confluência desses dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos” (p. 33).

Balizadas por tais conceitos, realizamos a leitura de três charges em torno da personagem Tiririca. Nos limites desse trabalho, chamamos de “charges” aqueles textos que se utilizam da linguagem pictórica ou da combinação da linguagem pictórica com a verbal para fazer uma crítica sarcástica, derrisória mesmo, de um acontecimento central ou tangencialmente político que esteja na ordem do dia e na boca de jornalistas. Chargistas dialogam com assuntos midiáticos momentâneos com os quais seus leitores tenham alguma familiaridade. Aliás, apenas os leitores que compartilham as condições de produção constitutivas de uma dada charge podem, de fato, entendê-la. Caso não exista essa cumplicidade, será, praticamente, impossível entendê-la sem realizar um levantamento cuidadoso do momento sócio-histórico que motivou a sua produção, comprometendo o efeito de humor pretendido.

#### TIRIRICA: UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO NA MÍDIA

Francisco Everardo de Oliveira Silva, 45 anos, nascido em Itapipoca-Ceará (1965), ficou conhecido pelo nome artístico “Tiririca”, em virtude de sua trajetória no campo humorístico desde os oito anos de idade, quando iniciou sua atuação em apresentações circenses. É cantor, compositor, humorista e, hoje, também deputado por São Paulo.

Seu primeiro CD (1996), pelo qual se tornou conhecido nacionalmente, apresentou a música *Florentina*, atingindo a marca de 1,5 milhão de cópias vendidas. Entre os vários programas televisivos de que participou estão: *Escolinha do barulho* e *Show do Tom*, na Rede Record, e *A praça é nossa*, no SBT.

O humorista esteve envolvido em uma acusação judicial por motivo de racismo, em razão da letra de sua música *Veja os cabelos dela*, também presente em seu primeiro CD. A execução da música no rádio ficou proibida e ele foi processado pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), sob a acusação de ofender a mulher negra com versos que a depreciam e humilham, comparando seus cabelos a “bombril” e seu cheiro a “gambá”. O conteúdo da música foi considerado ofensivo, chulo e inadequado ao contexto sociocultural brasileiro. Embora Tiririca tenha se defendido, argumentando que fez a música para sua esposa, a associação com as mulheres da raça negra em geral é inevitável. Ele pode até não ter tido a intenção de ser racista, mas o foi sem querer.

Nas eleições 2010, ele se candidatou, pelo Partido da República-PR, ao cargo de Deputado Federal do estado de São Paulo. No horário eleitoral, Tiririca se apresentava com o slogan: “Vote Tiririca, pior que tá não fica” (conforme “santinho” a seguir) e se dirigia aos eleitores perguntando se sabiam o que faz um Deputado; logo em seguida, ele mesmo respondia: “Na realidade eu não sei, mas vote em mim que eu te conto”. Tais manifestações lhe valeram uma representação, posteriormente arquivada, no Ministério Público Eleitoral, mediante o argumento de que elas denegriam a imagem do Congresso Nacional e do poder público em geral.



Fonte: <http://ipirados.blogspot.com>

Durante a campanha, o candidato concedeu algumas entrevistas e, em uma delas, exibida no site da UOL, ele disse que o convite para se candidatar foi feito pelo PR e que o partido apostava no sucesso de sua candidatura por ser uma pessoa popular. A entrevista nos mostra, ainda, a alienação do candidato em relação à vida política do país, a ponto de confessar “Pra te falar a verdade, eu nunca votei. Sempre justifiquei meu voto”:

UOL: Quais são as suas principais propostas?

Como eu sou cara que vem de baixo, e graças a Deus consegui espaço, eu tô trabalhando pelos nordestinos, pelas crianças e pelos desfavorecidos.

UOL: Mas tem algum projeto concreto que você queira levar para a Câmara?

De cabeça, assim, não dá pra falar. Mas como tem uma equipe trabalhando por trás, a gente tem os projetos que tão elaborados, tá tudo beleza. Eu quero ajudar muito o lance dos nordestinos.

UOL: Na propaganda eleitoral você diz que não sabe o que faz um deputado. É verdade ou é piada?

Como é o Tiririca, é uma piada, né, cara? ‘Também não sei, mas vote em mim que eu vou dizer’. Tipo assim. Eu fiz mais na piada, mais no coisa... porque é esse lance mesmo do Tiririca.



UOL: Mas o Francisco sabe o que faz um deputado?  
Com certeza, bicho. Entrei nessa, estudei para esse lance, conversei muito com a minha mãe. Eu sei que elabora as leis e faz vários projetos acontecer, né?  
UOL: O que você conhece sobre a atividade de deputado?  
Pra te falar a verdade, não conheço nada. Mas tando lá vou passar a conhecer.  
UOL: Até agora você não sabe nada sobre a Câmara?  
Não, nada.  
UOL: Em quem votou para deputado na última eleição?  
Pra te falar a verdade, eu nunca votei. Sempre justifiquei meu voto. (<http://www1.folha.uol.com.br>)

Conforme esse pequeno trecho da entrevista, fica evidente seu despreparo para enfrentar o cargo para o qual se candidatou. Diante disso, esperaríamos que sua candidatura não fosse confirmada pelo povo brasileiro. Porém, o resultado revelado pelas urnas foi o contrário: ele foi o deputado federal mais votado do Brasil, atingindo a marca de 1.348.295 votos.

Mesmo depois de consagrado pelas urnas, as polêmicas em torno de Tiririca continuaram a pulular na mídia. Foi acusado de analfabetismo, o que o tornaria inelegível de acordo com o Art. 13 da Resolução do TSE n. 23.221/10. Essa mesma resolução, no Art. 26, que trata do requerimento de registro de candidatura, obriga o candidato, conforme inciso IV, a incluir comprovante formal de escolaridade. A ausência desse comprovante, conforme §9, “poderá ser suprida por declaração de próprio punho, podendo a exigência de alfabetização do candidato ser aferida por outros meios, desde que individual e reservadamente”, parágrafo que se aplica ao caso de Tiririca.

Não podendo comprovar sua habilidade de ler e escrever por meio de titulação formal, o candidato apresentou uma declaração de próprio punho, cuja autenticidade foi alvo de desconfiança, motivada em especial por uma reportagem da Revista *Época* que acompanhou o candidato por dois dias e verificou que, em seus autógrafos, as letras desenhadas eram diferentes das que compunham a declaração apresentada ao TRE. Além da diferença no traçado das letras, a reportagem trazia a declaração de dois funcionários do *Show do Tom*, afirmando que, nos bastidores do programa, todos sabem que ele não

lê nem escreve. Essa desconfiança gerou uma ação judicial, junto ao Ministério Público Estadual, denunciando o analfabetismo do humorista e acusando-o de ter falsificado a declaração de alfabetizado ao registrar sua candidatura. O procurador regional de São Paulo, Pedro Barbosa, afirmou que o caso estava sendo analisado com rigor, mas também com cautela, já que “várias decisões da Justiça Eleitoral declaram que devem ser aceitas as candidaturas de pessoas que tenham noções, mesmo que rudimentares, de escrita e leitura”.<sup>1</sup>

Em vista dessa controvérsia e da recusa em submeter-se à coleta de material para análise grafotécnica de sua declaração, Tiririca foi submetido a teste de leitura e ditado, mesmo após sua defesa alegar que ele sofre de Transtorno de Desenvolvimento da Escrita (TDE), uma deficiência motora que o impediria de segurar, com firmeza, a caneta. Aliás, essa lesão que o impede de aproximar o dedo indicador do polegar teria sido a razão alegada para justificar a ajuda da mulher ao produzir o texto da declaração: ela teria apoiado sua mão sobre a mão do marido para ajudá-lo a firmar a caneta no momento da redação. Após os testes de leitura e ditado, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Walter Almeida Guilherme, afirmou que o Deputado leu e escreveu durante a audiência de apuração da veracidade de sua declaração de escolaridade. Quem ousaria afirmar o contrário, depois do comentário de Pedro Barbosa sobre a condescendência da Justiça Eleitoral na avaliação das habilidades de leitura e escrita de candidatos!

Polêmicas à parte, no dia 17 de dezembro de 2010, Tiririca foi o primeiro a ser diplomado na Assembleia Legislativa de São Paulo. A inimaginável explosão de votos recebida pelo deputado tem sido explicada como resultado de protesto de eleitores descontentes com os descaminhos da política no país. Porém, ela nos soa mais como achincalhão e deboche, já que voto de protesto pressupõe alguma consciência política, o que não conseguimos enxergar no gesto de eleger Tiririca.

O que grande parte dos eleitores pode não ter percebido é que essa candidatura foi um ato de sagacidade dos caciques do PR, uma estratégia muito bem calculada pelo partido. Isso pode ser observado, ainda, na escolha da sequência de seu número 2222 que é uma combinação fácil de ser memorizada e com objetivo de atrair,

especialmente, eleitores menos letrados. Outro detalhe, que muitos eleitores desconhecem, refere-se ao efeito rentável, para qualquer partido, de um candidato artista, pois este, sendo popular, receberá muitos votos, beneficiando todos os componentes do partido. Será que os eleitores que “protestaram”, votando e elegendo Tiririca, conhecem as consequências dessa atitude? É fato que, na carona de seus votos, outros candidatos do partido serão beneficiados, mesmo com uma votação inexpressiva, por causa do quociente eleitoral, que funciona da seguinte forma: somam-se os votos da legenda e dos candidatos e dividem-se pelas vagas de cada estado. Esse número determinará a quantidade de votos que um deputado deverá receber para ser eleito e o excedente é distribuído entre outros candidatos do partido. Nesse processo, Tiririca poderá beneficiar, pelo menos, mais três deputados do partido.

#### TIRIRICA EM CHARGES: EXAME DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E DO INTERDISCURSO

Como todo assunto polêmico que circula na mídia, o suposto analfabetismo de Tiririca se torna um prato cheio para chargistas. Nessa seção, examinamos três charges que abordam o tema, munidas dos conceitos de *condições de produção* e de *interdiscurso*. Para que o texto gere certos efeitos de sentido, o leitor precisa compartilhar com o seu produtor as condições históricas da sua constituição, ou seja, uma charge só consegue seu propósito de ironizar, debochar, criticar sardonicamente um acontecimento se houver cumplicidade entre o leitor e o que é referido no texto. Como texto multimodal, a charge retoma os discursos midiáticos por meio de recursos verbais e não verbais, sobremaneira, a caricatura.

Na Charge 1, assinada por Ivan Cabral, publicada em *site* próprio, o leitor tem como condições de produção as frequentes notícias acerca do fato de Tiririca ter sido convocado pelo TRE para realizar um teste de leitura e escrita. Diferenças entre as letras da assinatura e as do corpo da declaração, entregue na inscrição de sua candidatura para o cargo de Deputado Federal, geraram desconfiâncias de que ele não sabia ler nem escrever. Essa desconfiância foi alimentada ainda por muitas especulações, comentários e declarações de pessoas que o conheciam

como colega de trabalho na televisão, afirmando que ele, de fato, era analfabeto.

## CHARGE 1



Fonte: [www.ivancabral.com/2010/11/charge-do-dia-tiririca-le-e-escreve.html](http://www.ivancabral.com/2010/11/charge-do-dia-tiririca-le-e-escreve.html)

Nessa charge, Tiririca, exibindo a caneta presa entre o polegar e o indicador num gesto de quem sabe escrever, apesar do TDE, aparece de costas para o símbolo da justiça: uma estátua feminina, de olhos vendados, segurando a balança em ponto de equilíbrio na mão direita e uma espada na mão esquerda apontando para seu pescoço e não para o chão. Conforme explicações encontradas no *site* do Tribunal de Justiça, a estátua representa a deusa Têmis da mitologia grega, que corresponde à deusa romana Iustitia. Ela foi a segunda esposa de Zeus, o deus do poder, e é considerada a deusa da consciência coletiva, da ordem social, da paz, dos ajustes das divergências e da conciliação.

A espada representa força e coragem nas decisões; a balança significa bom-senso e equilíbrio ao julgar as partes envolvidas em uma relação de Direito e a venda nos olhos representa objetividade e imparcialidade nas resoluções, reafirmando, assim, que todos são iguais

perante a lei. Portanto, verifica-se uma estreita articulação entre os três elementos simbólicos, pois sem a balança pode predominar a força bruta, sem a espada pode faltar a força para aplicação da lei e sem a venda pode-se perder a imparcialidade nos julgamentos.

Contrariando toda essa simbologia e significação idealizadas no campo do Direito, a Charge 1 retoma outros discursos críticos da justiça que a desqualificam por ela ser parcial (uma para criminosos do colarinho branco e outra para ladrões de galinha), cega (não vê o que não é conveniente que veja), lenta e parceira da impunidade. O leitor é levado a associar a cenografia da charge ao momento da realização do teste por Tiririca, no julgamento da ação envolvendo as acusações de analfabetismo, condição que impediria a diplomação e a assunção do cargo. Tiririca, de costas para o símbolo da justiça, traz um sorriso amarelo estampado no rosto, diante da sentença proclamada “Tirica lê e escreve”, numa postura de quem se livrou de uma situação embaraçosa. O humor é provocado, também, pela palavra *Abestada*, estampada na venda da estátua Têmis, uma palavra muito frequente no idioleto de Tiririca, que revela o quanto ele estava à vontade com a situação do teste em razão da previsibilidade do resultado, reiterando o discurso corrente acerca da cegueira da justiça. Assim, o termo tiririqueano *abestada* ressoa interdiscursiva e parodicamente com os atributos de Têmis: bom-senso, equilíbrio, consciência coletiva, racionalidade, imparcialidade e lucidez. A venda nos olhos não é para garantir um julgamento imparcial, mas para não ver o óbvio. E a espada no pescoço, pronta para decapitar a própria cabeça, talvez possa ser lida como um desejável e esperado gesto de autocritica por parte da justiça diante da sentença proferida.

O enunciador da Charge 1 projeta a imagem de um leitor perspicaz, subsumindo que ele será capaz de reconhecer tudo o que é mobilizado pelo texto sob a forma do pré-construído, quer advenha das condições de produção, quer do interdiscurso (discursos e contra-discursos do campo do direito e da justiça). Assim, o chargista e seus virtuais leitores compartilham da construção dos efeitos de sentido do texto, compartilhando referências contextuais, históricas, ideológicas e discursivas.

É notável ainda a composição visual de Tiririca. Ele é retratado como o *clown* popular que personifica em seus shows de humor: roupas

coloridas, chapéu e peruca. Tal e qual a sua personagem, ele é mostrado como quem continuará agindo e encarando tudo o que faz em tom de brincadeira, a exemplo da postura assumida durante a campanha em vídeos e panfletos, com o objetivo de provocar o riso. Escondendo-se atrás de sua personagem, pôde evitar a discussão do mérito de seu programa que deveria representar boas ideias em prol da cidadania, a serem defendidas por um legítimo representante do povo na câmara. Tudo o que ele consegue dizer é que vai trabalhar “pelos nordestinos, crianças e desfavorecidos”. Mas com que projetos, ele fará isso? Enfim, ele se notabilizou não por suas ideias, mas pelo bordão “Vote Tiririca, pior que tá não fica”, que, aliás, é o mote da Charge 2:

## CHARGE 2



Fonte: [www.sudoestenarede.com.br/.../12/tiririca-enem/](http://www.sudoestenarede.com.br/.../12/tiririca-enem/)

Essa segunda charge, assinada por ZeDasilva e publicada no site [www.sudoestenarede.com.br](http://www.sudoestenarede.com.br), relaciona o caso Tiririca com o caso Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que caiu em desgraça, na mídia, por submeter milhões de alunos brasileiros, por duas vezes, a situações constrangedoras: em 2009, com o cancelamento total do exame por fraude e, em 2010, com o cancelamento parcial e a aplicação

de novas provas a candidatos lesados com erros de impressão no caderno de questões amarelo. Em 2010, muitas tentativas de cancelamento total do ENEM ocorreram. O Ministério Público Federal, em vários estados, acatou os pedidos de suspensão do exame, mediante o argumento de que o erro na impressão do caderno de provas causou prejuízo para os candidatos. Porém, o ministro da educação, com o apanágio da justiça que, não raro, usa vendas para não ver aquilo do Estado que não convém que seja visto, conseguiu cassar as liminares que suspendiam o exame e reaplicar a prova apenas aos alunos que notificaram aos fiscais o erro de impressão no caderno amarelo ainda enquanto acontecia o exame, mantendo-se firme na tese de que não haveria quebra do princípio de isonomia. Mas como manter isonomia se alguns estudantes foram avaliados por uma prova e os prejudicados, por outra? Como assegurar isonomia na escolha dos conteúdos, nas questões abordadas e no grau de dificuldade? Uma vez mais o ENEM era vivido como uma experiência desgastante por estudantes que disputavam vagas nas universidades públicas.

Esses “incidentes” deixaram o ENEM e o ministro da educação em total descrédito. Esse descrédito é explorado na charge, com a autocandidatura de nada menos do que Tiririca ao cargo de ministro da educação, mediante o argumento de que “Pior que tá, não fica”. O enunciado em que Tiririca se oferece à Presidente Dilma para ocupar o cargo de Ministro da Educação é, assim, atravessado por uma avalanche de críticas ao ENEM, desde que foi instituído. Conforme Orlandi, “não há, desse modo, nem começo absoluto, nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (ORLANDI, 2000, p. 39).

Destarte, a Charge 2 retoma o bordão da campanha de Tiririca, deslocando-o do contexto da eleição a uma cadeira no desacreditado Congresso Nacional para o contexto do Ministério da Educação, a origem do desacreditado ENEM. O enunciado “Pior que tá, não fica!” expressa, exemplarmente, a indignação que sentimos em relação aos inúmeros problemas envolvidos na proposta e realização do ENEM: dificuldade de inscrição num *site* congestionado; vazamento da prova antes de sua aplicação; caderno de prova com erros de impressão e montagem e novo exame para os alunos que se consideraram lesados; confusão na busca da nota de corte do curso e da instituição pretendidos;

candidatos e familiares à beira de um ataque de nervos em virtude da indefinição quanto à classificação e ao ingresso na universidade. Diante de tantas críticas ao ENEM, a menina dos olhos de Fernando Haddad, o Ministério de Educação está no último nível de valoração negativa, não podendo, portanto, ser piorado se Tiririca, mesmo sendo semianalfabeto, viesse a substituí-lo.

Apenas a contemporaneidade na mídia, no final de 2010, do “caso Tiririca” e do “caso ENEM”, torna possível a construção de uma charge como a (2). Ela se constitui sobre um fundo comum de condições de produção supostamente compartilhado pelo enunciador chargista e seus leitores.

A Charge 3, assinada por Laerte, está publicada no *blog gibicomics*. Diferentemente das demais, ela se compõe de quatro quadros, tecidos por precisa combinação de recursos verbo-visuais, ordenados em uma linha temporal que volta do presente para o passado. Três personagens, caracterizadas segundo épocas diferentes, desfilam pelas quatro cenas, manifestando sua indignação diante do fato de Tiririca não só ter sido eleito para o cargo de deputado, como também ter obtido a maior votação. A sequência de comentários mordazes é desencadeada por uma pergunta gatilho no primeiro quadro – “E o Tiririca, ein?”. Nessa charge, Tiririca é a terceira pessoa do discurso, ou seja, a não pessoa, aquilo de que se fala com olhos e língua do presente ou de épocas passadas e de uma posição hierarquicamente superior.

### CHARGE 3





Fonte: [gibicomics.blogspot.com/2010/10/opiniaio-019-politica-tiririca-laerte.html](http://gibicomics.blogspot.com/2010/10/opiniaio-019-politica-tiririca-laerte.html)

No primeiro quadro, as personagens nos parecem contemporâneas tanto pelos trajes quanto pela linguagem. A mulher usa corte de cabelo Chanel, vestido tubinho curto e bolsa grande a tiracolo; os homens, cabeça nua, sem costeletas, camiseta ou camisa polo colorida, bermuda e suéter jogado no ombro. Trata-se de um estilo casual, pautado pelo princípio de que “o menos é mais”. As expressões linguísticas – “E o Tiririca, ein?”, “Nem me fale!”, “Que absurdo!” – com que avaliam Tiririca são breves, coloquiais e nos soam familiares. Há, assim,

uma estreita articulação entre a linguagem visual e a verbal, que se completam na função de produzir os efeitos de sentido de informalidade e despojamento. Nesse quadro, nem as roupas nem o registro linguístico assinalam uma distância entre a terceira pessoa – ele, Tiririca – que é alvo dos comentários e as primeiras pessoas que falam dele.

No segundo quadro, a caracterização das personagens nos remete para as primeiras décadas do século XX. A mulher assemelha-se a uma melindrosa dos anos 20, portando (livre do espartilho) um vestido tubinho, confeccionado com tecido leve, braços à mostra e franja na barra na altura dos joelhos, moda que propicia a liberdade de movimentos exigida pelo ritmo frenético do *Charleston*. Completam o visual da mulher uma pequena bolsa a tiracolo e um chapéu do tipo “cloche”, obrigatório durante o dia, naquela época. Os homens vestem roupas mais sóbrias: o mais velho não dispensa o terno (paletó, calça e colete), chapéu e bengala, esta última, um acessório indispensável no guarda-roupa masculino; o mais novo traja um costume (paletó e calça). As expressões linguísticas – “O mais votado do país!”, “... um analfabeto!..”, “... que não faz ideia do que seja o papel do parlamentar!” – com que predicam Tiririca são menos coloquiais do que as enunciadas pelas personagens no primeiro quadro, a exemplo do termo “parlamentar”, em vez de “deputado”, hoje o uso mais frequente pelo povo. Nesse quadro, a linguagem verbal e a visual são combinadas na produção de uma maior formalidade e assimetria social entre quem avalia e quem é avaliado.

No terceiro quadro, somos remetidos para o século XIX. As roupas lembram o recatado estilo vitoriano. A mulher usa vestido longo, quase cobrindo os pés, manga comprida bufante no braço e colada no antebraço, corpete fechado até o pescoço acabando em bico logo abaixo da cintura, anquinhas (*tournures*) armando apenas a parte de trás da saia, cabelo comprido preso num coque e uma bolsinha com alça curta dependurada na curva do cotovelo. A postura ereta e o peito projetado para frente são sinônimos de distinção, respeito e pudor. Os homens patenteiam sua posição social e poderio vestindo belos fraques e casacas, cartolas e lenços amarrados ao pescoço, barba grande, costeleta e bigode. As expressões linguísticas – “Esse tipo de coisa tem que ter limite!”, “Sim... uma reforma política geral!”,

“... que traga de volta a seriedade!” – com que se referem à situação em pauta são mais sisudas e elaboradas do que as mencionadas pelas personagens no segundo quadro. Também os gestos que acompanham a fala do homem à esquerda (bater com o dedo na palma da mão) e da mulher (levantar o dedo indicador em riste) indiciam o quem é quem na cena da enunciação. A linguagem verbal e a visual se casam, assim, na acentuação da hierarquia entre a gente de estirpe que avalia e o ser desprezível que é avaliado.

No quarto e último quadro, a viagem de volta nos leva para o século XVIII ou mesmo anterior. A mulher, tal uma dama da corte, traça um vestido ricamente bordado, saia longa a ponto de cobrir os pés e armada por muitas camadas de saíotes, cintura ajustada por espartilho, ombros ligeiramente à mostra, manga três-quartos, cabelos compridos presos em um volumoso penteado conhecido como “ninho de rato”. Em vez da bolsa, complementa-lhe o visual um leque, signo de pompa e esnobismo. Os homens, em sua fidalguia, usam calças curtas (na altura dos joelhos), casacas longas e coletes, ambos com muitos detalhes em brocados ou bordados, camisas com jabôs, lenços no pescoço. O principal complemento de seu visual são as perucas de cabelos brancos e cacheados. O fausto e a elaboração da moda são sinais de poder socioeconômico e político. As expressões linguísticas – “... Que impeça a escalada populista!”, “Só assim o país avançará!...”, “... rumo a um porvir de glória!” – enunciadas pelas personagens nesse quadro soam menos prosaicas, elas são mais aristocráticas. A locução nominal “um porvir de glória” seria o equivalente, na fala, a um bordado, na roupa. Uma vez mais, podemos perceber uma estreita sintonia entre a linguagem visual e a verbal: o rebuscamento, a ornamentação, a suntuosidade, a riqueza, a elaboração das roupas e dos cabelos e o preciosismo da fala harmonizam-se para aumentar a distância entre quem avalia – os aristocratas – e quem é avaliado – um ignóbil representante da plebe.

São quatro cenografias que situam o leitor em quatro tempos diferentes. Combinados numa única charge, essa sequência de quadros nos confronta com historicidade da moda, da língua e da política. Aliás, a evocação do passado da indumentária e da língua é apenas um recurso para a evocação do passado da política – um caminho de volta da democracia à monarquia. Se a democracia gera o populismo que leva ao

poder “um Tiririca”, ou melhor, “uma tiririca” (termo da etimologia tupi que significa “planta rasteira”, “erva daninha” e que, metaforicamente, é empregado como adjetivo no sentido de “irritado” e “furioso”, sentido que valeu a Francisco Everardo de Oliveira Silva a alcunha de Tiririca na infância), então, ironiza o chargista, é melhor voltar à monarquia que legitima a desigualdade, impedindo que um não igual chegue ao poder. Diante das imperfeições da democracia, que, como governo do povo e para o povo, permite que analfabetos votem e até mesmo, com alguma esperteza, sejam votados, a melhor forma de governo é a monarquia, regime político que não faz concessão ao populismo e muito menos defende a igualdade social. A Charge 3 lança, assim, uma desconfiança sobre a nossa capacidade de aperfeiçoar a democracia de tal forma que todos os cidadãos sejam eleitores suficientemente conscientes para não cair no conto dos “tiriricas” e dos partidos que muito lucram com a abundância de votos recebida por candidatos com apelo popular.

Diante do delírio inclusivo da democracia, a Charge 3 nos confronta com o absurdo da monarquia, regime que naturaliza a desigualdade e afirma com todas as letras a exclusão dos não iguais. Quando assistimos a “um bobo da corte” ser explorado e usado por velhas raposas da pretensa democracia brasileira, até sentimos uma pontinha de saudade da monarquia. Por último, essa sequência de quadros nos faz pensar seriamente na urgência de uma profunda reforma política que aperfeiçoe nossas instituições democráticas, coibindo os partidos de usarem estratégias e fazerem negociações para abocanhar mais espaço nos poderes executivo e legislativo. A consolidação da democracia depende não de que analfabetos sejam legalmente impedidos de pleitearem a investidura em cargos eletivos no poder executivo ou legislativo, mas sim de que não haja mais analfabetos no país, tornando caduca a alínea I do Artigo 13 da Resolução do TSE n. 23.221, bem como o parágrafo 4 do Artigo 14 da Constituição Federal.

FINALIZANDO...

Retomando as questões subjacentes às representações imaginárias dos lugares que um (locutor) atribui ao outro (interlocutor) e ao referente, propostas por Pêcheux (1969) em substituição aos

elementos do contexto tomados em sua empiria, poderíamos, em relação ao conjunto das charges analisadas, pensar em pares adjacentes de pergunta-resposta como: Que imagem o chargista faz do leitor para falar-lhe assim? *O chargista é generoso com seu leitor, age como se estivesse diante de alguém tão bem informado nos assuntos da história contemporânea e da história passada quanto ele mesmo.* Que imagem o chargista pensa que o leitor faz dele para falar-lhe assim? *O chargista pensa que o leitor reconhece nele (chargista) um igual, o que lhe faculta supor que o leitor, como ele mesmo, mobilizará, no trabalho de interpretar, os mesmos sentidos/discursos que ele mobilizou ao construir o texto.* Que imagem o chargista faz do referente para falar-lhe assim? *O enunciador chargista não compactua com as artimanhas da política brasileira, posicionando-se criticamente em relação ao caso Tiririca.* Que imagem o chargista pensa que o leitor faz do referente para falar-lhe assim? *O enunciador chargista imagina que o leitor se identifica com ele no posicionamento crítico em relação ao caso em pauta.* Essa configuração de imagens nos permite compreender o porquê de o texto chárstico poder ser tão reticente e lacunar em seus elementos expressivos e ainda assim dizer tanto aos leitores.

Considerando essa identificação imaginária entre o chargista e seu leitor, esperamos ter evidenciado que o conceito de *condições de produção* é ainda bastante pertinente na interpretação de charges, uma vez que seus temas nascem rentes aos acontecimentos discursivos em pauta na mídia. Um leitor que não compartilhe minimamente com o chargista do arquivo de notícias e comentários acerca dos acontecimentos discursivos Tiririca e ENEM, certamente, não terá do que rir nos três textos analisados. Muitos textos duram para sempre, mas não é o caso da charge que tem um prazo de validade curto. Como crônica derrisória das mazelas do tempo presente, uma charge dura enquanto dura a exposição do tema a que se refere na mídia. À medida que o tema vai sendo esquecido pelos jornalistas e desaparecendo dos noticiários, a charge vai perdendo o sabor, podendo se tornar um *nonsense*. Um trabalho deliberado de recuperação das condições de produção que as geraram poderá até torná-las compreensíveis, mas risíveis não mais.

Contudo, se, por um lado, as charges apresentam esse vínculo estreito com as condições de produção, por outro, elas nos remetem para uma memória discursiva que as ultrapassa, já que são textos

prenhes de posições ideológicas, que também precisam ser identificadas pelos leitores no trabalho de fazer sentido. Na Charge 1, por exemplo, evocam-se enunciados e contraenunciados em circulação no campo do direito e da justiça. Já na Charge 3, o leitor é lançado para os campos discursivos da moda, da língua, da economia, da política entre tantos outros. Nos dois casos é a retomada do já dito, sob a forma do esquecimento, permitindo que as palavras e os enunciados verbo-visuais dos chargistas façam sentido. Sob a ilusão das próprias palavras, ressoa a voz do interdiscurso, uma voz sem nome que é condição para o engendramento do processo de significação entre o produtor, o texto e o leitor.

Assim, a análise dessas charges nos confirma, uma vez mais, que “as palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delineia na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2000, p. 43). Dizeres que nos chegam das condições de produção ou do interdiscurso.

“VOTE FOR TIRICA, IT CAN’T BE WORSE THAN IT IS”: THE CONSTRUCTION OF MEANING EFFECTS IN POLITICAL CARTOONS

#### ABSTRACT

This study investigates the effects of the function and construction of meaning in political cartoonists, as they thematize seasonal events sensationalized throughout the country and therefore in the media, such as the election of comedian Tiririca, supposedly illiterate, as a federal legislator by the state of Sao Paulo. As such, the concepts of *conditions of production* and *interdiscourse* were used from the French discourse analysis perspective. Three texts belonging to the political cartoon genre were selected as the data corpus. The analysis of the texts showed how the process of production of meanings of a discourse is made from preconstructed knowledge.

KEY WORDS: Interdiscourse, conditions of production, political cartoon, illiteracy, Tiririca.

#### NOTA

- 1 Declaração mencionada na matéria “Ação judicial não impede diplomação de Tiririca”, assinada por Flávio Ferreira, publicada na *Folha.com*, em 15 de outubro de 2010.

## REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, [1982]1990. p. 25-42.
- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- COURTINE, Jean Jacques. Définition d'Orientations Théoriques et Méthodologiques em Analyse de Discourse. *Philosophiques*, v. IX, n. 2, 1984.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes/Ed. Unicamp, 1989.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2005.
- MALDIDIER, Denize. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise & HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. Unicamp, [1969]1993. p. 61-162.
- PÊCHEUX, Michel. *Lês vérités de la Palice*. Paris: Maspero, 1975.
- POSSENTI, Sírio. Discurso humorístico e representação do feminino. *Estudos da Lingua(gem)*, v. 5, n. 1, p. 63-94, 2007.
- POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIN, Fernanda. & BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, v. 3. São Paulo: Cortez, 2005. p. 353-392.

## WEBGRAFIA

- [http://www.espacovital.com.br/noticia\\_ler.php?id=22833](http://www.espacovital.com.br/noticia_ler.php?id=22833). Acesso em: 24 maio 2011
- <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI174615-15223,00>. Acesso em: 13 maio 2011
- [http://pt.wikipedia.org/wiki/tiririca\\_\(artista\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/tiririca_(artista)). Acesso em: 12 maio 2011
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/T%C3%AAmis>. Acesso em: 12 maio 2011
- <http://www.tj.sp.gov.br/museu/acervo/temis.aspx>. Acesso em: 17 maio 2011
- [http://ipirados.blogspot.com/2010\\_09\\_01\\_archive.html](http://ipirados.blogspot.com/2010_09_01_archive.html). Acesso em: 21 abr. 2011
- <http://www.sudoestenarede.com.br/.../12/tiririca-enem/>. Acesso em: 21 abr. 2011

<http://www.gibicomics.blogspot.com/2010/10/opinia0-019-p...> Acesso em: 21 abr. 2011

<http://www.ivancabral.com/2010/11/charge-do-dia-tiririca-le-e-escreve.html>. Acesso em: 21 mar. 2011

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/814959-acao-judicial-nao-impede-diplomacao-de-tiririca.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2011.